



**Conselho das  
Finanças  
Públicas**

# **EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE EM 2025**

## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

*Junho de 2026*

Relatório n.º

**05/2026**

# SUMÁRIO EXECUTIVO

## *Atividade assistencial*

Em 2025, o número de utentes inscritos no SNS voltou a aumentar, atingindo cerca de 10,7 milhões. Manteve-se a tendência de reforço das Unidades de Saúde Familiar, que passaram a abranger 75% dos inscritos. Em sentido contrário, e após a melhoria observada em 2024, o número de utentes sem médico de família voltou igualmente a aumentar, alcançando 1,56 milhões, concentrando-se maioritariamente na região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta evolução surge num cenário de envelhecimento dos profissionais médicos na especialidade de Medicina Geral e Familiar, o que poderá agravar as dificuldades de acesso aos cuidados primários e aumentar a pressão sobre os serviços hospitalares e de urgência.

A atividade médica nos cuidados de saúde primários reduziu-se ligeiramente em 2025, após o aumento registado em 2024, refletindo sobretudo a diminuição do número de consultas presenciais, num contexto em que as consultas não presenciais continuaram a crescer. Em contrapartida, as consultas de enfermagem e as realizadas por outros técnicos de saúde registaram um aumento, evidenciando uma maior diversificação do perfil assistencial dos cuidados primários. Em meio hospitalar, manteve-se a trajetória de crescimento da atividade assistencial iniciada em 2021. O número de consultas médicas hospitalares aumentou 2,3% face a 2024, enquanto o total de intervenções cirúrgicas registou um crescimento de 1,6%, impulsionado sobretudo pela expansão da cirurgia programada em ambulatório.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados continuou a expandir a sua capacidade em 2025, embora a um ritmo mais moderado do que no ano anterior, atingindo 17 181 respostas (16 902 respostas em 2024). O crescimento concentrou-se sobretudo nas Equipas de Cuidados Continuados Integrados, tanto ao nível da capacidade instalada como do número de utentes referenciados e assistidos. Ainda assim, o aumento da procura continuou a superar a expansão da oferta, traduzindo-se num novo agravamento das listas de espera, particularmente nas unidades de internamento.

## *Execução orçamental*

De acordo com a conta consolidada provisória elaborada pela ACSS, o SNS registou, em 2025, um défice de 1035 M€, traduzindo uma melhoria de 534 M€ face ao ano anterior. Esta evolução refletiu um crescimento da receita para 15 926 M€ (+1548 M€ face a 2024), superior ao aumento da despesa, que totalizou 16 962 M€ (+1014 M€).

A receita corrente representou 98,7% da receita total, atingindo os 15 725 M€ (+10,3%), enquanto a receita de capital se fixou nos 201 M€, correspondendo a 1,3% do total (+62,2% face ao ano anterior). Em termos de estrutura, manteve-se a forte predominância das transferências e subsídios correntes provenientes do Orçamento do Estado (OE), que representaram cerca de 93,9% da receita total do SNS.

Entre as principais componentes da despesa, e em comparação com o ano anterior, destacam-se as despesas com pessoal, que aumentaram 7,5% (+502 M€), os fornecimentos e serviços externos (FSE), com um crescimento de 6,2% (+333 M€), e as compras de inventários, que registaram um acréscimo de 4,9% (+158 M€). Em sentido contrário, a despesa de capital diminuiu 7,8% (37 M€), mantendo um peso reduzido no total da despesa do SNS (2,6%). Ainda assim, observou-se uma melhoria do grau de execução desta componente, que passou de 59,6% em 2024 para 76,5% em 2025, refletindo uma maior concretização dos investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O SNS continuou a beneficiar de reforços extraordinários de capital atribuídos pelo Estado, maioritariamente destinados à regularização de dívida a fornecedores. Em 2025, estas transferências ascenderam a 1,3 mil M€, elevando para cerca de 7,9 mil M€ o montante acumulado desde 2016. A frequência e dimensão destes reforços sugerem a persistência de pressões financeiras significativas sobre o sistema.

### *Dívida e prazos médios de pagamentos*

Em 2025, a dívida do SNS a fornecedores externos ascendeu a 1,5 mil M€, mais 148 M€ do que no ano anterior. Também os pagamentos em atraso registaram um agravamento face a 2024, aumentando 48 M€ e fixando-se em 60 M€. Apesar dos reforços de capital atribuídos pelo Estado às entidades do SNS, que totalizaram 1 299 M€ em 2025 e se destinaram à cobertura de prejuízos acumulados, estes revelaram-se insuficientes para assegurar uma redução estrutural e sustentada do nível de endividamento do sistema. Paralelamente, verificou-se um aumento do prazo médio de pagamento, tendo apenas 23,4% das entidades do SNS cumprido o prazo legal de pagamento a fornecedores de 60 dias.

### *Riscos e incertezas*

O SNS continua a enfrentar desafios estruturais que condicionam o seu desempenho e sustentabilidade, tanto na dimensão assistencial como na financeira.

Embora o Plano de Emergência e Transformação na Saúde tenha registado progressos relevantes, os resultados mais visíveis concentram-se nas medidas operacionais de curto prazo. As reformas

de natureza mais estrutural têm avançado de forma mais lenta, mantendo-se problemas persistentes no acesso aos cuidados, como demonstram os 1,56 milhões de utentes sem médico de família atribuído e a execução ainda incompleta de várias medidas previstas nos eixos da saúde mental e da saúde próxima e familiar. A melhoria da capacidade de resposta do SNS continua dependente da concretização de reformas estruturais que reforcem o acesso aos cuidados, a coordenação entre níveis assistenciais e a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, nomeadamente através de medidas de promoção da saúde.

Do ponto de vista orçamental, a forte dependência das transferências do OE e o crescimento estrutural da despesa em saúde continuam a constituir desafios relevantes para a sustentabilidade financeira do SNS. Em particular, as despesas com pessoal e com medicamentos hospitalares permanecem entre os principais fatores de pressão sobre a despesa pública em saúde. No caso das despesas com pessoal, esta evolução reflete não apenas a continuidade das medidas de valorização das carreiras dos profissionais de saúde e dos acordos plurianuais já celebrados, mas também a necessidade persistente de reforço da capacidade assistencial do SNS, incluindo através da contratação de novos profissionais e da expansão das USF modelo B. Paralelamente, os atrasos na execução de alguns investimentos financiados pelo PRR continuam a representar riscos para a concretização dos ganhos esperados em termos de modernização e eficiência do sistema de saúde.